

O CRIME DA "TV A CABO"

Daniel Herz*

Está para ser perpetrado, nas próximas horas, um verdadeiro crime contra a Nação: a implantação, por Decreto e sem debate público, do *Serviço de TV a Cabo*, que na verdade é o *Serviço de Cabodifusão*. Confirmada essa disposição do governo Collor, estará coroada de êxito uma estranha obsessão que já dura 17 anos e atravessou quatro governos (Geisel, Figueiredo, Sarney e Collor) e que contagiou os dirigentes do extinto Ministério das Comunicações e agora da Secretaria Nacional de Comunicações (SNC) do Ministério da Infra-Estrutura.

A história das tentativas de implantação do Serviço de Cabodifusão, amplamente documentada, está marcada por conluios, favorecimento de grupos e um total desprezo ao interesse público. Com Justiça, deve-se registrar que os presidentes Geisel e Figueiredo recuaram diante das reações contrárias a uma implantação arbitrária. O governo Sarney, porém, preparou o cenário e o governo Collor parece disposto a ir até o fim.

O "fim", na implantação desse serviço, é controle de um moderno sistema de telecomunicações constituído por uma rede de cabos que liga um centro de transmissão até os receptores nas residências. Além de dezenas de canais de televisão (locais, regionais, nacionais e internacionais) o novo sistema viabiliza transmissão de dados, serviços interativos e até telefonia. Não é uma tecnologia qualquer: o serviço de *Cabodifusão* passará a ter, ao longo das próximas duas décadas, importância maior do que tem hoje a televisão no Brasil.

Essa importância é reafirmada com a constatação de que, em todo o mundo, o futuro das telecomunicações tem o nome de *Rede Digital de Serviços Integrados (RDSI)*, sistema que possibilita a integração, numa mesma rede, de todos os serviços típicos de telecomunicações (telefonia, telex, fax, transmissão de dados) e mais os serviços de radiodifusão (rádio AM e FM, TV em VHF e UHF) e qualquer outro que possa ser digitalizado. Essa integração é viabilizada tecnicamente com a substituição dos atuais cabos de cobre por cabos de fibra ótica que, ao invés de impulsos elétricos, passam a transportar os sinais digitalizados por pulsos de laser. A Cabodifusão antecipa, em muitos aspectos, a revolução que vai ser impulsionada pelas RDSI.

Em 17 anos de tentativas de implantação da Cabodifusão no Brasil, o governo federal sempre adotou a tática de dissimulação, minimizando e subestimando a importância e o impacto desta tecnologia. Mas o governo Collor foi longe demais. Com base na portaria 250 de 13 de dezembro de 1989, baixada pelo governo Sarney, a atual SNC distribuiu 94 autorizações de um serviço denominado *Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos (DISTV)*. Na verdade trata-se de TV a Cabo, com a utilização da rede apenas para determinados serviços de televisão. A denominação imprópria destinou-se a dissimular sua implantação. E agora, por Decreto, o governo Collor prepara a implantação da TV a Cabo, tratando-se na verdade do Serviço de Cabodifusão que vai muito além do transporte de sinais de televisão e possibilita a transmissão de dados e até telefonia.

No chamado *Primeiro Mundo*, a implantação dessa tecnologia tem sido precedida de milhares de audiências públicas, intensos debates, experiências, projetos piloto e, sobretudo, busca de sintonia com os objeti-

vos nacionais e o interesse público. No Brasil, transformado cada vez mais numa malfadada "República de Alagoas", o caminho é outro, e uma tecnologia de imensas possibilidades será destinada a alguns poucos ganharem dinheiro fácil.

O que está em jogo, na implantação do *Serviço de Cabodifusão* no Brasil, é o tipo de cultura que vamos produzir e nosso país. O que está em disputa é o tipo de cidadão e de sociedade que estamos criando no Brasil. Nas últimas semanas, mais de uma centena de entidades solicitaram à SNC a abertura de um verdadeiro debate público e a regulamentação da *Cabodifusão* através de projeto de lei. A SNC revela que "o Governo já decidiu" e, mesmo encenando a coreografia do "entendimento", vai perpetrar o "verdadeiro crime" que os governos da ditadura não se dispuseram a consumir. Não é possível aceitar tanto desrespeito ao interesse público.

* Jornalista, Secretário Executivo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.